

# Governo usa ‘má ciência’ e distorce evidências para justificar dia sobre riscos do aborto, dizem especialistas

*Profissionais de saúde que atuam em serviços de abortamento legal criticam estudos usados para projeto de lei que cria Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto; iniciativa é capitaneada pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves*

**[\(O Globo - Celina | 30/07/2021 | Por Leda Antunes\)](#)**

O governo federal tem um plano para o dia 8 de outubro. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, quer que a data seja marcada pelo Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto. O [projeto de lei foi assinado pelo presidente](#) Jair Bolsonaro na semana passada. O objetivo, segundo a pasta, é “prestar informações de interesse público, com base em evidências científicas” sobre supostos riscos da interrupção da gravidez na saúde física e mental das mulheres.

As evidências citadas pelo ministério, no entanto, são questionadas por profissionais de saúde que atuam nos principais serviços de [abortamento legal](#) do país e que repudiam a iniciativa. Para estes especialistas, os dados sobre os riscos do aborto que o governo pretende divulgar, caso o projeto de lei seja aprovado e a data instituída, foram retirados de estudos que apresentam uma série de falhas e não têm rigor científico.

As supostas consequências da prática do [aborto](#) são citadas brevemente na nota que abre a consulta pública sobre o projeto de lei, realizada entre abril e maio no site do Governo Federal, e foram detalhadas pelo ministério à reportagem.

Também a pedido da reportagem de [CELINA](#), quatro profissionais de saúde que atuam nos serviços de abortamento legal do país e pesquisam sobre o

tema analisaram as publicações citadas como referência pelo ministério e a conclusão foi unânime: os dados não são confiáveis, não têm rigor científico e outros estudos de referência provam o contrário das alegações da pasta sobre a interrupção voluntária da gravidez.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

## **Exclusivo: gasto com políticas para mulheres tem menor patamar desde 2015**

**([Universa](#) | 23/07/2021 | Por [Camila Brandalise](#))**

Mesmo com o risco do [aumento da violência contra a mulher durante a pandemia](#), o governo federal registra o menor investimento em programas para a população feminina desde, pelo menos, 2015, quando a área perdeu o status de ministério e se tornou uma secretaria no governo de Dilma Rousseff (PT). Atualmente, a Secretaria de Políticas Nacionais para Mulheres é vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves.

Segundo levantamento do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) obtido com exclusividade por **Universa**, em 2020 a secretaria teve o maior valor autorizado para ser gasto desde 2017, R\$ 124,3 milhões, mas a verba efetivamente usada foi de R\$ 36,5 milhões, a mais baixa em cinco anos. E, segundo a pesquisa, 2021 caminha para alcançar um patamar ainda menor. Nos primeiros seis meses deste ano, foram gastos R\$ 13,9 milhões, 11 pontos percentuais a mais do que no mesmo período do ano passado, mas R\$ 1,47 milhão a menos.

Uma das principais políticas públicas na área, a [Casa da Mulher Brasileira](#) foi

a que mais sofreu impacto, recebendo somente 2,6% da verba autorizada para 2021 até agora: dos R\$ 25,5 milhões disponíveis, foram gastos R\$ 672 mil.

A análise foi feita a partir de levantamento de dados disponíveis no portal Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público federal disponível no site do Senado. Todos os números tiveram inflação corrigida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para garantir que os dados fossem comparáveis.

**[Acesse a matéria completa no site de origem](#)**

---

## **Mesmo com crise na saúde, pauta antiaborto avança de maneira acelerada no Congresso**

*Aliança entre parlamentares e membros ultraconservadores do Executivo garantem aumento das proposições antidireitos reprodutivos*

**[\(Agência Pública | 21/07/2021 | Por Andrea DiP e Mariama Correia\)](#)**

“A gente aqui no Ministério da Saúde apoia completamente o movimento. Defendemos a vida desde a concepção”, diz abertamente o Secretário Nacional de Atenção Primária à Saúde da Pasta, Rafael Câmara, em participação na [14ª Marcha pela Vida](#). Por causa da pandemia, o evento promovido no último dia 15 de junho pelo movimento Brasil sem Aborto – que tem a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, [Damara Alves, entre as fundadoras](#) – foi transmitido pelo YouTube.

Rafael Câmara comanda uma secretaria que tem papel estratégico para a saúde das mulheres, por ser porta de entrada para qualquer atendimento no

SUS. A pasta comandada por ele também é responsável por “coordenar a formulação e a definição de diretrizes para o financiamento federal das políticas, dos programas e das estratégias estruturantes”, segundo o site do ministério.

Com tamanho poder nas mãos, o médico carioca e militante antiaborto defende abstinência sexual como forma de prevenir gravidez indesejada e declarou durante o evento do dia 15 - [contrariando dados e especialistas no tema](#) - que “ficar dizendo que o que mata é aborto e cair na conversa de querer fazer a descriminalização. Não é isso que mata as mulheres”. Na audiência que debateu a descriminalização do aborto no Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em 2018, Câmara já havia negado dados de mortalidade por aborto inseguro - [uma das principais causas de morte materna no Brasil](#) - e disse que as mulheres negras não são as que morrem mais, ao contrário do que apontavam as estimativas do próprio Ministério da Saúde. Ainda no evento do último dia 15, Câmara ressaltou que o ministério lançou uma nota técnica proibindo a telemedicina “em situação de aborto” durante a pandemia de coronavírus. “Isso daí só vai dar chance a crimes de ficar misoprostol voando pra lá e pra cá.” Câmara se refere ao medicamento utilizado na prática assistencial obstétrica - por exemplo, no auxílio ao aborto legal. O misoprostol é sujeito a controle especial, tem uso hospitalar exclusivo no Brasil e sua venda é proibida nas farmácias, inclusive sua comercialização é considerada crime.

A advogada Angela Gandra, atualmente secretária nacional da Família do ministério de Damarens Alves, também participou da [14ª Marcha pela Vida](#).

Ferrenha defensora do movimento antiaborto, a secretária é irmã de Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e filha de Ives Gandra Martins, ambos ligados à organização católica ultraconservadora Opus Dei.

Em novembro de 2020 - em meio à pandemia de coronavírus -, Angela [esteve pessoalmente na Polônia](#) a convite de outra organização ultraconservadora antiaborto, a Ordo Iuris, para dar uma palestra na Women’s Rights Conference (Conferência de Defesa dos Direitos da Mulher). Em outubro, o

país havia endurecido suas leis, tornando o aborto quase impossível, o que gerou uma onda de protestos.

Na transmissão, que está [disponível](#) no canal do evento no YouTube, Angela diz que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil está articulando uma iniciativa contrária à igualdade de gêneros e direitos das mulheres, envolvendo famílias e legisladores. “Vamos aos juízes para explicar o que está acontecendo. Por exemplo, ontem eu fui ao STF em nome do ministério para mostrar que a ideologia de gênero pode fazer muito mal às famílias e às crianças.” Na fala, que dura quase 39 minutos, ela se coloca contra o aborto em qualquer hipótese e a favor da vida desde a concepção. Diz que o aborto está relacionado a uma “hipersexualização da sociedade hoje”, que a maternidade é uma vocação de todas as mulheres e dá o exemplo da ministra Damares, que, “apesar de não poder ter filhos porque sofreu abusos sexuais quando criança”, se diz “mãe de toda a nação”.

Câmara e Angela estão entre os principais interlocutores das pautas antiaborto no governo federal, que têm na evangélica Damares sua defensora mais destacada. Nem mesmo a maior crise de saúde dos últimos tempos impediu que a articulação desses atores do Executivo, junto a parlamentares religiosos e conservadores, continuasse multiplicando proposições antiaborto no Congresso Nacional.

No primeiro semestre deste ano, enquanto a pandemia de coronavírus se agravava no Brasil, pelo menos 484 proposições legislativas sobre direitos sexuais e reprodutivos foram apresentadas. Os dados são do Centro de Estudos Feministas e Assessoria (Cfemea), que monitora a temática no Congresso Federal desde 1999. Ainda segundo informações fornecidas pelo Cfemea à **Pública** em primeira mão, ao menos 264 entre essas 484 são projetos de lei (PLs).

A tendência de alta vem desde o início do governo Bolsonaro. Até 2018, o Cfemea monitorava 50 PLs sobre direitos sexuais e reprodutivos, considerados mais relevantes. Entre 2019 e 2020, mais 29 entraram no radar. Destes, 21 foram classificados como desfavoráveis aos direitos reprodutivos das mulheres, porque tentam estabelecer conceitos como “direito à vida desde a concepção”, “direito e estatuto do nascituro (feto)”

e/ou aumentar penas para a interrupção da gravidez. Ou seja, de modo geral essas propostas visam criminalizar ainda mais o aborto, que é legal no Brasil só em casos de estupro, anencefalia do feto e quando a gestante corre risco de vida.

O próprio Bolsonaro foi claro ao afirmar que “enquanto for presidente, não haverá aborto” no Brasil. A fala foi feita em resposta [à manifestação do padre polonês e ativista antiaborto Pedro Stepień](#), que levou um coral de crianças para o Palácio da Alvorada em plena pandemia para cantar “Vida sim, aborto não” e oferecer fetos de brinquedo de presente ao presidente. O religioso é ligado à Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, organização que assinou uma carta [em defesa da nomeação da ministra Damarens Alves](#) e faz parte norte-americana Human Life International, que tem missionários em vários países e faz incidência política junto a parlamentares e membros do Executivo. O professor Hermes Rodrigues Nery, outro ativista antiaborto com relações no Congresso e no governo, já liderou a mesma associação. Na liderança do Movimento Legislação e Vida, outro grupo antiaborto, Hermes denunciou o médico pernambucano Olímpio Barbosa Filho no Conselho Regional de Medicina por realizar o aborto legal de uma menina de 10 anos que engravidou após ser vítima de estupro. O caso ganhou repercussão pela intervenção de grupos religiosos conservadores [para a não realização do procedimento autorizado pela Justiça](#), inclusive com indícios de envolvimento da ministra Damarens Alves.

O pesquisador Rulian Emmerick acompanha um recorte ainda mais pontual: apenas propostas que falam diretamente sobre aborto. Em 2020, já em contexto de pandemia, ele diz que “13 dos 23 PLs sobre aborto apresentados no Congresso Nacional eram desfavoráveis aos direitos das mulheres”. Autor de livros sobre aborto, religião e direitos reprodutivos e professor de sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Emmerick afirma que, nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro, a quantidade de propostas que tentaram criminalizar ainda mais o aborto foi “três vezes maior do que as favoráveis à descriminalização”. “Todos os 19 PLs apresentados em 2019 eram desfavoráveis”, destaca.

Neste ano, os projetos passaram a contar com o apoio do presidente da

Câmara, observa Masra Abreu, integrante do Cfemea, que participa do monitoramento do Congresso. Segundo ela, desde que assumiu o cargo, no início deste ano, Arthur Lira vem fazendo mudanças regimentais que fortalecem os deputados pró-vida e “inviabilizam qualquer reação de deputados pró-direitos, facilitando a tramitação de pautas do grupo do governo”, considera, referindo-se a iniciativas como o projeto que [reduziu tempos de fala](#) e restringiu discussões, apelidado de [“PL da mordação”](#). “Na Câmara dos Deputados, ainda há a composição desses parlamentares com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça [CCJ], Bia Kicis [PSL-DF], que é aliada de Bolsonaro”, acrescenta.

## **Deputadas conservadoras puxam a fila antidireitos**

O monitoramento da atividade legislativa mostra maior atuação das parlamentares mulheres na apresentação dos PLs que ameaçam direitos reprodutivos. No ano passado, o pesquisador Emmerick contabilizou 12 dos 23 PLs como de autoria de mulheres. “Porém esse protagonismo esteve muito ligado a pautas desfavoráveis”, diz.

Para a cientista política Flávia Biroli, as pautas antiaborto “são usadas como palanque político e têm sido encampadas por parlamentares, homens e mulheres, em primeiro mandato, que aproveitaram a onda do bolsonarismo – e a popularidade de Damares – para se eleger”.

“A bandeira “pró-vida” é historicamente defendida por bancadas religiosas, como a evangélica e a católica, que se unem nessa militância. Contudo, essa nova geração de parlamentares de extrema direita – como [Chris] Tonietto – está puxando os projetos de forma mais radical. É uma atuação diferente da direita tradicional. Esses novos atores estimulam o fortalecimento de grupos conservadores no próprio Congresso, e do lado de fora”, analisa, citando a deputada eleita pelo PSL do Rio. O PSL (ex-partido do presidente) passou a encabeçar essas pautas desde a eleição de 2018.

No estudo “Triumph of the women? The female face of right-wing populism and extremism” (Triunfo das mulheres? A face feminina do populismo de

extrema direita e do extremismo - em tradução livre), publicado no início deste ano, Flávia fala como gênero passou a ocupar o centro do programa de governo de Bolsonaro ainda nas eleições de 2018 e afirma que, embora as posições conservadoras contra o direito ao aborto tenham feito parte das recentes disputas nacionais em 2010 e 2014, “esta foi a primeira vez que uma abordagem explícita antigênero e antifeminista foi enfatizada em termos mais gerais por um dos principais candidatos”. Entre os protagonistas dessas agendas estão mulheres conservadoras, que, especialmente através das igrejas cristãs, encontraram espaço político neste governo.

Assim como o perfil dos proponentes, os argumentos que buscam embasar as propostas também mudaram, na avaliação dos pesquisadores. “Embora o aumento dessas propostas esteja diretamente ligado à maior presença de religiosos conservadores no Congresso, as justificativas usadas vêm se afastando dos argumentos religiosos e se tornando mais complexas. Existe uma apropriação do discurso de direitos humanos, usado de forma enviesada para embasar conceitos como o direito à vida do feto e defesa da gestante. Também o uso de argumentos científicos e do direito como instrumento para defender princípios morais”, considera Emmerick. Nesse ponto, ele elenca juristas destacados na administração pública federal que são ativistas antiaborto, como o advogado-geral da União, André Mendonça - indicado recentemente por Bolsonaro como um nome “terrivelmente evangélico” para o STF. Ele também conta com apoio da Anajure, uma associação de juristas evangélicos fundada pela ministra Damares. Na AGU, Mendonça, que chegou a ser ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro, [defendeu a ilegalidade do aborto em caso de microcefalia pelo zika vírus](#).

## **Trabalho integrado contra os direitos das mulheres**

No Congresso, a advogada e deputada Chris Tonietto apresentou ao menos nove projetos de lei sobre o tema nos primeiros anos de seu mandato (2019-2020), segundo o monitoramento do Cfemea, além de outras três propostas listadas pelo projeto [Elas no Congresso](#). “É a principal bandeira de atuação parlamentar dela”, diz Masra Abreu. As propostas ainda estão em tramitação na Câmara dos Deputados.



[Lançada como candidata pelo grupo católico](#) ultraconservador Centro Dom Bosco, do qual é uma das fundadoras, Tonietto criou e coordena a [Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida](#), que foi lançada [com a presença da secretária Nacional da Família, Angela Gandra](#).

O Centro Dom Bosco (CDB) é uma das principais instituições católicas ultraconservadoras em atuação no Brasil. A entidade conseguiu censurar um especial de Natal do grupo de comédia Porta dos Fundos, exibido pela Netflix em 2019, onde Jesus era apresentado como homossexual. Dois anos antes, eles processaram Porta dos Fundos por uma paródia sobre o céu. Na época, [a deputada Tonietto era advogada do CDB](#).

A ONG Católicas pelo Direito de Decidir também foi alvo do CDB. No ano passado, por ação do centro, a organização feminista, que defende o direito ao aborto legal, foi impedida de usar o termo “católicas” em seu nome, sob pena de multa diária. O caso está no STF.

No ano passado, a deputada Chris Tonietto teve pelo menos quatro agendas oficiais com Angela Gandra. Uma delas foi uma [reunião com o ministério da Relações Exteriores](#) para tratar da criação da “Frente Parlamentar Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família” - “uma força-tarefa capitaneada por Angela com parlamentares brasileiros e de outros países para combater o aborto”, [explicou Tonietto em uma conferência da Fundação Alexandre Gusmão](#), ligada à pasta de Relações Exteriores. “Embora seja uma frente parlamentar, o trabalho integrado com o poder Executivo é fundamental”, disse na ocasião.

A Frente Parlamentar Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família é uma das ações de uma agenda internacional antiaborto da qual faz parte o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A ministra Damares tem participado de [encontros com partidos e instituições conservadoras em vários países](#), como Argentina, Estados Unidos e Hungria. Sob comando de Damares e do ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, o Brasil assinou uma [declaração internacional antiaborto](#). A aliança foi puxada pelo antigo governo norte-americano, junto com países ultraconservadores europeus e árabes. Com a saída dos EUA após a deposição de Trump, o Brasil vem tentando assumir a liderança da aliança ultraconservadora antiaborto no

mundo.

## Frente parlamentar

A frente parlamentar capitaneada pela deputada Chris Tonietto é composta por nomes antiaborto conhecidos e outros nem tanto. Atualmente são 194 deputados federais signatários - incluindo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), e a presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJ), Bia Kicis.

O bloco reúne ainda outros militantes antiaborto ligados a Bolsonaro e a grupos religiosos, como a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) - autora do [PL 232/2021](#), junto com a deputada federal [Major Fabiana](#) (PSL-RJ), que torna obrigatória a apresentação de boletim de ocorrência com exame de corpo de delito que ateste o estupro para a realização do aborto. A mesma exigência foi feita pela [Portaria 2.282](#), publicada também durante a pandemia, em agosto do ano passado pelo Ministério da Saúde. A portaria ainda inclui a possibilidade de apresentação da ultrassonografia para a gestante como parte do procedimento preparatório para o aborto legal.

Entre os signatários da frente está o deputado federal [Capitão Augusto Rosa](#) (PL-SP), ex-PM que apresentou pelo menos quatro PLs para aumentar penas por aborto em 2019 - 1.006, 1.007, 1.008 e 1.009 - todos desfavoráveis aos direitos da mulher, [como mostrou o Elas no Congresso](#). A deputada federal evangélica Flordelis (PSD-RJ), [acusada de mandar matar o marido](#), e o deputado federal e cantor católico Eros Biondini (Pros-MG) também são autores de PLs que defendem o direito à vida desde a concepção e os direitos do nascituro. As propostas foram apensadas ao PL 478/2007, que cria o Estatuto do Nascituro, de autoria de Luiz Bassuma (PV).

A proposta do Estatuto do Nascituro tem sido constantemente ressuscitada por parlamentares conservadores. Inspirou por exemplo o PL 5.435/2021, conhecido como Bolsa Estupro, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), outro signatário da frente antiaborto de Chris Tonietto, ao lado do senador [Flávio Bolsonaro \(Patriota\)](#).

Menos conhecido, o deputado [Filipe Barros \(PSL-PR\)](#), em primeiro mandato,

também faz parte do bloco. Ele assina o [PL 2.893/2019](#) junto com Chris Tonietto. O texto sugere a revogação do artigo 128 do Código Penal, que garante direito ao aborto legal em caso de estupro e de risco de vida à mulher. Em um dos trechos, os deputados sugerem que, em caso de gravidez nas trompas - que pode levar à morte da mulher -, os médicos devem esperar a criança morrer naturalmente. “Quando ela [a gestação] evolui para a ruptura tubária, pode-se esperar para intervir imediatamente após a ruptura a fim de estancar a hemorragia.”

Filipe é advogado e deputado federal bolsonarista, acusado de disseminar notícias falsas e [promover ataques contra o STF](#). Muito [próximo da ministra Damares](#), ele atuou na criação do [Dia do Nascituro \(feto\) em Londrina](#) - uma das principais pautas dos grupos antiaborto. Atualmente, Filipe é o [relator da comissão da PEC](#) (Proposta de Emenda Constitucional) que visa retomar o voto impresso, algo que tem sido defendido pelo presidente Bolsonaro, de olho nas eleições de 2022.

Outros blocos parlamentares, lançados com a aprovação de Damares, também se articulam para defender a bandeira antiaborto. [Com a presença da ministra](#), o deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, que preside atualmente, tendo como uma das principais pautas a criação do Estatuto do Nascituro. Diego é autor do [PL 518/2020](#), que institui o Dia de Homenagem à Vida Humana desde a concepção.

No ano passado, a [Frente Mista em Defesa dos Direitos Humanos e pela Justiça Social](#) também passou a articular a pauta do “direito à vida desde a concepção” no Congresso. A ministra Damares prestigiou o lançamento do bloco, junto com o jurista Ives Gandra Martins. Mais 200 parlamentares são signatários do grupo, presidido pelo deputado federal Roberto Lucena (Podemos-SP). Lucena afirmou que a frente tem “a agenda da vida” e que representa “a voz do bebê no ventre materno”.

Nesse mesmo evento, o senador Eduardo Girão anunciou o [Projeto de Lei 5.435/20](#), que ficaria conhecido como “Bolsa Estupro”. Nomeado como Estatuto da Gestante, o PL pretendia criar um incentivo financeiro para que vítimas de estupro não abortassem. Depois de forte reação da opinião

pública, a senadora Simone Tebet (MDB-MS), relatora atual da proposta, apresentou um substitutivo que retira esse artigo. No entanto, grupos feministas defendem a anulação do projeto e dizem que o inteiro teor, não apenas um artigo, ameaça os direitos das mulheres. “A criação de um Estatuto do Nascituro é como equiparar o feto a uma criança nascida. Como criar um ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente para o feto], ou seja, dar poder político ao feto”, considera Masra Abreu, do Cfemea. Recentemente o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos lançou uma consulta pública para criação do [Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização dos Riscos do Aborto](#), em 8 de outubro. A consulta recebeu 138 contribuições, “a maioria favoráveis”, segundo o ministério. O projeto está sob análise da Casa Civil e da Secretaria de Governo da Presidência da República e, de acordo com a pasta, ainda será apresentado.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

---

## **Damares Alves defende na ONU ‘vida desde a concepção’, contrariando legislação brasileira sobre aborto**

*Na 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ministra também afirmou que governo executou ‘o maior orçamento’ para proteção da mulher dos últimos cinco anos. Ela não mostrou os números. Femicídio cresceu 16% no auge da pandemia*

[\(Celina/O Globo | 22/02/2021\)](#)

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, reiterou internacionalmente a posição do governo do presidente Jair Bolsonaro contra

o direito ao aborto. Em pronunciamento online feito nesta segunda-feira (22), na 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Damares disse que o Brasil continuará “firme” na defesa “da vida a partir da concepção”.

Acesse a matéria completa no site de origem.

---

## **ONU cobra explicações a Damares sobre garantias ao aborto legal, por Jamil Chade**

[\(UOL | 18/11/2020 | Por Jamil Chade\)](#)

A ONU quer que o ministério liderado por Damares Alves esclareça o que tem sido feito no Brasil para garantir que, dentro da lei, mulheres tenham acesso ao aborto seguro. Num documento de 17 de novembro e obtido pela coluna, a entidade ainda cobra explicações sobre o que tem sido feito para assegurar a proteção às mulheres no Brasil e pede detalhes sobre o orçamento para esse fim.

O questionário foi submetido ao governo pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Em 2021, o Brasil será sabatinado pela entidade que, na preparação de seu informe sobre a situação da mulher no país, pede agora um posicionamento do governo de Jair Bolsonaro.

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

# Ministério de Damares desembolsou 5,4 % do orçamento de proteção a mulheres, por Jamil Chade

[\(Uol | 14/11/2020 | Por Jamil Chade\)](#)

O governo de Jair Bolsonaro fez pagamentos equivalentes a apenas 5,4% do orçamento previsto para programas de proteção às mulheres em 2020. De um total de R\$ 167,6 milhões previstos a partir do orçamento regular do Ministério da Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos e de emendas à pasta, as autoridades realizaram de fato gastos de R\$ 9,2 milhões.

Nesta semana, a ONU (Organização das Nações Unidas) iniciou a portas fechadas um exame sobre a situação das mulheres no Brasil. Um dos temas na pauta da organização internacional foi o esvaziamento do orçamento para políticas públicas neste campo, um elemento que está sendo denunciado por diferentes entidades da sociedade civil.

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$

# 1,6 bi pelo mundo

[\(UOL | 29/10/2020 | Por Jamil Chade e Maria Carolina Trevisan\)](#)

Entidades cristãs dos EUA, muitas delas ligadas ao governo de Donald Trump, destinaram mais de US\$ 280 milhões (R\$ 1,6 bilhão) para fomentar uma ofensiva global com o objetivo de defender uma agenda antiaborto, contra direitos reprodutivos e contra os interesses dos grupos LGBTI.

Algumas das instituições com os maiores investimentos mantém relações com a ministra Damares Alves. Questionado, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não respondeu até o fechamento desta reportagem, mas confirmou ter recebido as perguntas da coluna.

Os dados foram revelados pela entidade OpenDemocracy, que avaliou 28 instituições, milhares de documentos e seus registros financeiros desde 2007. Apenas na América Latina, o volume de dinheiro chegaria a US\$ 45 milhões em uma década.

[\*\*\*Accesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## O ventre como instrumento de poder, por Jamil Chade

*Governo Bolsonaro propõe abstinência, mas veta educação sexual na ONU e recebe aplausos de saudistas e ultraconservadores*

[\*\*\*\(El País, 28/01/2020 - acesse no site de origem\)\*\*\*](#)

Ao ouvir os planos do Governo federal para realizar uma [campanha pela abstinência sexual](#) entre adolescentes, imediatamente me veio à mente as reuniões em que estive presente em Genebra e em que vi o mesmo governo de [Damares Alves](#), Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo defendendo que fossem

retirados dos documentos na ONU e OMS qualquer tipo de referência sobre “educação sexual”.

Tampouco aceitaram qualquer menção à saúde e direitos reprodutivos, sempre sob o argumento de que tais termos poderiam abrir caminho para a promoção do [aborto](#).

Se à primeira vista essa situação pode parecer contraditória, na agenda ultraconservadora-religiosa não há nada de paradoxal entre as duas ações. No fundo, elas se completam num sentido mais amplo: o esforço pelo controle sobre o corpo da mulheres.

Sugere-se o que fazer com o corpo, enquanto recusa-se a aceitar a [educação sexual](#) como um direito básico. Retira-se o direito de saber para garantir autonomia sobre seu corpo e, ao mesmo tempo, uma campanha é promovida para dizer quando a mulher deve manter relações sexuais.

A abstinência pode eventualmente fazer parte de um programa de saúde e planejamento. De fato, a Sociedade para a Saúde e Medicina do Adolescente, nos EUA, admite que adiar o início de relações sexuais pode ter um impacto “saudável”. Mas jamais como uma solução recheada de carga moral ou religiosa. E muito menos sendo o carro-chefe da estratégia em que, ao mesmo tempo, a educação sexual é combatida em fóruns internacionais.

Neste caso, a abstinência se transforma num instrumento de poder. E não em uma opção de saúde pública. A escolha da idade não é do Estado, nem da família ou dos parceiros. Mas da mulher.

Pelo mundo, diferentes governos ultra-conservadores vêm promovendo políticas “pró-família”. Mas, em cada uma delas, a única que parece ser ignorada é a posição da mulher. Seu corpo, na maioria das vezes, se transforma em um meio para atingir outros objetivos políticos.

Na Hungria de [Viktor Orban](#), por exemplo, o Governo passou a dar incentivos para garantir o nascimento de mais crianças húngaras. O país de fato vive uma redução de sua população. Mas, para evitar ter de aceitar imigrantes, Budapeste optou por pagar famílias para manter a “coesão nacional” e, de quebra, a cor da pele e a cruz.



Enquanto famílias são conduzidas a ter mais de três filhos, Budapeste insiste em atacar a lei de aborto que existe e ergue muros contra a “invasão” de imigrantes.

O ventre da mulher, neste caso, faz parte de uma estratégia nacional, supremacista e profundamente xenófoba.

Os húngaros não são os primeiros a adotar tal postura. Nos EUA, a tradicional ideia de nação —branca e cristã— andou de mãos dadas com movimentos Pró-Vida. Sociólogos apontaram como, ao longo dos anos, a ansiedade da população branca americana cresceu, enquanto sua participação na demografia do país passou de 90% em 1950 para 60% no início deste século.

Com mais de 60% dos abortos sendo realizados por mulheres brancas, uma das teses é de que, com novas leis para impedi-las de interromper uma gravidez, se impediria que a população negra ou mestiça superasse a parcela branca dos EUA.

Na [Polônia](#), em 2016, o Governo de extrema-direita propôs endurecer ainda mais as leis anti-aborto. Pelo projeto, mulheres poderiam ser presas se buscassem serviços para realizar um aborto. A proposta não vingou, diante dos protestos. Mas, nos bastidores, não são poucos os grupos que avaliam que a medida poderia voltar a ser apresentada, com uma nova roupagem. Também preocupa a ofensiva do Governo sobre os Judiciário.

No caso do Brasil, a recusa em aceitar a educação sexual [em textos oficiais da ONU](#) aproximou o Brasil da Arábia Saudita, um país “exemplar” no controle sobre o corpo da mulher. Riad, rapidamente, saiu a aplaudir o novo posicionamento do Governo de Bolsonaro.

Longe de dar uma solução para uma legítima e profunda crise de saúde pública, Brasil e outros governos optam por ignorar o que os dados científicos mostram. Em levantamentos realizados por alguns dos principais institutos de pesquisa, poucas são as evidências que mostram que a criminalização da autonomia do corpo da mulher tenha gerado resultados positivos.

De acordo com uma pesquisa publicado na revista *The Lancet*, 25 milhões de abortos inseguros foram realizados no mundo entre 2010 e 2014, a cada ano. Além desses, 7 milhões de mulheres foram hospitalizadas por conta de [abortos ilegais](#). De acordo com a Anistia Internacional, 215 milhões de mulheres no mundo não tem acesso à métodos contraceptivos, ainda que não queiram ter filhos. Segundo dados da ONU, 22.000 mulheres morrem a cada ano como consequência de abortos inseguros.

Pelo mundo, ainda são dezenas as leis que mantêm um padrão inaceitável de controle do Estado ou dos homens sobre o corpo da mulher. Em alguns casos, quem comete o estupro pode evitar ser preso se casar com a vítima. Em outros lugares, clínicas apenas podem dar métodos contraceptivos a uma mulher se ela chegar acompanhada de seu marido.

Na Irlanda, o aborto é ilegal. Mas, entre 1980 e 2012, em média doze mulheres viajaram ao Reino Unido para interromper uma gravidez. E isso a cada dia.

Fora de seu útero, as barreiras não deixam de ser profundas. Em mais de 30 países, mulheres continuam precisando de autorização de seus maridos para ter um passaporte, enquanto na Nigéria o código penal mantém referências sobre “caráter imoral” de uma mulher. No ritmo que vamos, a igualdade entre homens e mulheres no mercado laboral será obtido em mais de cem anos.

Portanto, se o Governo brasileiro quer falar em abstinência, terá de falar primeiro em autonomia da mulher, educação sexual, direitos e saúde reprodutiva. E, enfim, não estaremos tratando do dilema do poder da mulher sobre seu marido ou sobre os objetivos do Estado. Mas estaremos promovendo uma política pública para que mulheres, parafraseando Mary Shelley, tenham o poder sobre elas mesmas.

E isso, provavelmente, seria a maior revolução na história da humanidade.

**Jamil Chade** é correspondente na Europa desde 2000, mestre em relações internacionais pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra e autor do romance *O Caminho de Abraão* (Planeta) e outros cinco livros.

---

# Abstinência sexual proposta por Damares não vai vingiar, dizem jovens

*Mesmo adolescentes que querem esperar duvidam de eficácia da medida; especialistas defendem educação*

**[\(Folha de S.Paulo, 19/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)**

“Perigoso”, “errado”, “sensacional”. Os adjetivos escolhidos por adolescentes para descrever a política de abstinência sexual proposta pela [ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves](#), para enfrentar a gravidez precoce e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) variam.

Mas têm uma coisa em comum: reconhecem que a chance de não vingiar é grande e que investir em educação é crucial. A Folha ouviu oito jovens de São Paulo com até 18 anos, de diferentes locais e classes sociais, para saber o que pensam da medida.

De acordo com a pasta, a [política focada nos benefícios da iniciação sexual tardia](#) está em formulação e será complementar a políticas de estímulo a métodos contraceptivos.

Descrevem a [abstinência](#) como o único método 100% eficaz para evitar a gravidez indesejada. Ainda não há previsão de quanto será gasto.

O projeto vai ao encontro do que é defendido por movimentos como o Eu Escolhi Esperar (que prega a [vida sexual após o casamento](#)). Para especialistas, a política segue caminho errado e investir em educação seria mais eficaz.

O psiquiatra Jairo Bouer, que trabalha há cerca de 30 anos com adolescentes, classifica a iniciativa como inócua e irresponsável.

“Ninguém consegue impor abstinência ao outro. As pessoas decidem iniciar a vida sexual quando têm desejo e quando estão preparadas”, diz.

O médico diz que a medida pode vulnerabilizar jovens, que não terão informação e suporte para ter vida sexual independente e saudável: “A sexualidade pode se tornar um tabu a mais.”

É na adolescência que os hormônios sexuais começam a ser produzidos, o que leva os jovens a direcionarem a [libido](#) a uma outra pessoa, diz [Carmita Abdo](#), coordenadora do ProSex (Programa de Estudos em Sexualidade) do Hospital das Clínicas da USP.

A especialista acha que a medida é impraticável. “A ideia pode ser adotada por quem já tiver predisposição a isso, que se sentirá referendado e apoiado. Mas não pelos outros”, diz.

A melhor solução, afirma Abdo, seria investir em uma educação sexual contextualizada, que não contemple apenas o ponto de vista biológico mas também comportamental, ético e de futuro.

Afinal, são muitos fatores que levam a uma gravidez precoce, não apenas a falta de informação sobre preservativos; eles vão desde o desejo de ser mãe até sexo sob efeito de álcool e drogas.

Pesquisa feita pelo Prosex mostrou que os adolescentes iniciam a atividade sexual no país dos 13 aos 17 anos, com maior incidência aos 15 anos.

Segundo dados preliminares do Ministério da Saúde, os [casos de gravidez na adolescência](#) caíram 39% de 2000 a 2018.

O número, porém, segue alto: segundo a ONU, 62 em 1.000 jovens de 15 a 19 anos [são gestantes](#). No mundo, a média é de 44 por 1.000.

## O QUE DIZEM OS JOVENS

### ‘AÇÃO RADICAL E VIOLENTA PARA FALAR DE ASSUNTO DELICADO’

**Tiane Cristina Silva, 16**

Estudante, mora em Cantinho do Céu (zona sul)

Acho que a abstinência é uma abordagem errada. É preciso discutir, debater e orientar. Julgar o comportamento e o estilo de vida do jovem só será um ataque contra ele. Uma ação radical e, de certa forma, violenta para falar de um assunto tão delicado.

Nunca discuti o assunto com minha família, são bem reservados. Eu via o sexo como algo errado e proibido. Mas meus amigos da escola me falavam o contrário e havia pressão social para transar cedo. Eu ficava confusa.

Quem não faz sexo sofre bullying. Existe certa mentalidade entre os jovens, principalmente entre meninas, de que fazer sexo vai dar certo status. A mulher é muito sexualizada.

Na 7ª série, nunca tinha beijado, me chamavam de café com leite, virjona. Tentei não me deixar influenciar e esperei minha vontade.

**‘É A MELHOR FORMA DE EVITAR GRAVIDEZ, MAS NÃO SERÁ EFICAZ’**

**Stéphanie Freitter, 18**

Vestibulanda, mora em Jabaquara (zona sul)

De fato, a abstinência é a melhor forma de evitar gravidez e doenças. Mas não vai ser eficaz. A ideia é bonita no papel, mas na prática nada vai acontecer. Não dá para controlar a liberdade individual da pessoa.

Os adolescentes podem começar a mentir ainda mais para os pais. O cenário pode piorar, os jovens podem contrair mais doenças.

Existe uma pressão social para fazer sexo nova, conheço garotas que passaram por isso. Mas a abstinência não vai resolver isso. Temos que combater as desigualdades de gênero.

Tive aulas de educação sexual no colégio, acho que foi muito importante.

Sinto falta de campanhas que incentivem o uso de métodos contraceptivos. Deveriam fazer isso, não tentar evitar que adolescentes façam algo natural.

**‘ACHO QUE SERÁ SENSACIONAL, O SEXO ESTÁ BANALIZADO’**

**Arianny Lima, 17**

Recém-formada, mora em Jardim Panorama (zona oeste)

Acho que vai ser ótimo, sensacional. A vida sexual deve começar depois do casamento. É preciso ser criterioso na escolha do parceiro. Tenho uma visão cristã sobre isso.

Hoje, o sexo é muito banalizado. As pessoas fazem como se fosse o mesmo que dar um beijo, quando deve ser uma coisa íntima entre pessoas que se amam.

Muitas garotas são iludidas por homens, caem na lábia deles. E muita gente não tem maturidade emocional para as consequências. A política pode dar certo dependendo de como for abordada. O que mais leva as pessoas a fazerem é a moda. Se a moda for o Eu Escolhi Esperar, pega bem.

Também é preciso investir em conscientização. Com conhecimento, dá para fazer a coisa certa.

**‘O EU ESCOLHI ESPERAR NÃO DEVE SER IMPOSTO’****Sabrina Sotelo, 18**

Estudante, mora em Parada Inglesa (zona norte)

O Eu Escolhi Esperar não deve ser imposto. Não foi para mim, não quero que seja para os outros [ela é adepta do movimento].

Cada um pensa de um jeito. Acho difícil dar certo. Querer impor isso aos adolescentes é muito pesado. Não dá para mudar a pessoa.

Sexo não pode ser mostrado como um tabu. Até porque quem decidiu esperar um dia vai fazer. O que precisam ensinar é que existem doenças e consequências, e fazer campanhas.

Alguns adolescentes vão acabar simplesmente ignorando a política de abstinência, enquanto outros podem se identificar com a proposta.

Mas também não acho certo incentivar o sexo. Hoje, em todo lugar se vê isso, na televisão e tudo o mais. É como o mundo está hoje.

## **‘MUITA GENTE VAI QUERER FAZER SEXO PORQUE É PROIBIDO’**

### **Nicollas dos Santos, 18**

Estudante, mora no Parque Residencial Cocaia (zona sul)

A ideia não vai render. Muita gente vai querer fazer [sexo] porque é proibido. Pode gerar uma revolta dos adolescentes, que se fechariam mais.

Já que os atos sexuais vão acontecer de qualquer forma, é mais justo colocar educação sexual nas escolas. Eu nunca tive.

Meus amigos não são bem informados sobre sexo. Se fossem, haveria um controle melhor. Perdi a virgindade com 12 anos, não me arrependo, mas poderia ter tido mais informações.

Um ponto interessante que a Damares falou foi sobre a relação entre afeto e sexo. Essa ligação está meio esquecida entre nós jovens, mas eu discordo de que existam almas gêmeas. As pessoas se conhecem e se apaixonam, e se não for pra ser, não será.

## **‘VÃO TER QUE RALAR BASTANTE PARA FAZER DAR CERTO’**

### **Kawany Cezar, 18**

Operadora de loja, mora em Jardim Umarizal (zona sul)

Para conseguir fazer a política dar certo, vão ter que ralar bastante. Os adolescentes de hoje, ainda mais com o funk, são muito influenciados a fazer sexo. Em vez de não transar, os jovens têm que se cuidar, tomar remédio e saber com quem se relacionar.

Perdi a virgindade com 13 anos. A gente se apaixonava e cedia fácil. Me arrependo profundamente, apesar de ter sido uma decisão minha. Não tinha maturidade. Todos os meus amigos começaram cedo a vida sexual.

Minha família ficou desesperada quando soube, com medo de eu engravidar.

Diziam para eu pensar em outras coisas na vida, já que não nasci em berço de ouro. Nunca engravidei.

Acho que deve haver mais conversa entre família e amigos e menos julgamento.

### **‘ABSTINÊNCIA É DIFÍCIL, JOVENS DEVEM SE PREVENIR’**

**Kerolyn Ferreira, 15**

Estudante, mora em Vila Clara (zona sul); está grávida de seis meses

A abstinência é uma solução difícil. Os jovens devem se prevenir. Muitas vezes a gente não ouve nossos pais e acha que não vai engravidar. Mas acontece.

Eu não planejei minha gravidez. Conversava com o namorado, tinha uma preocupação, mas, na hora do ato, ninguém prestava atenção. Quando o teste de gravidez deu positivo, tomei um soco de realidade.

Perdi a virgindade prestes a fazer 13 anos, com um menino que eu gostava, três anos mais velho. Eu era nova, não sabia das coisas.

Acho que os pais devem ser mais amigos dos filhos. Aconselhar, não dizer que é errado perder a virgindade ou brigar. Todo mundo faz.

Cortam os laços com os filhos, que fazem coisas escondidas e não dão bola para o que falam.

### **‘QUANDO OS ADOLESCENTES TÊM VONTADE, ELES FAZEM’**

**Tamires Bonaldi, 17**

Caloura de direito, mora em Campo Belo (zona sul)

Quando os adolescentes sentem vontade de fazer sexo, eles fazem. Se todo mundo focar na abstinência, não se falará de métodos contraceptivos e será mais perigoso.

Tudo o que aprendi sobre o assunto foi com amigos e internet. Converso muito com minhas amigas, a gente se apoia. Nunca falei muito de sexo com a minha família, mas nunca disseram que era errado. Acho que o tema precisa ser ensinado nas escolas e os pais devem conversar com os filhos.



Decidi ter relação sexual porque eu quis. Mas existe uma pressão por parte dos meninos de que tem que ser cedo, logo. Vivemos em uma sociedade patriarcal. É preciso conversar com eles.

Sexo deve acontecer quando duas pessoas se sentem confortáveis e íntimas.

*Por Julia Zaremba*

---

## **Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes**

*Com Damares, falta investimento e sobra marketing*

**[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)**

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz

parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#),

incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

*César Muñoz Acebes*

*Pesquisador Sênio da ONG Human Rights Watch no Brasil*